

1968, que ano!

Um desejo geral de liberdade e justiça colocou a juventude brasileira diante de um governo que, acossado, respondeu com violência ao clamor das ruas.

Uma palavra definia o Brasil e o mundo em 1968: psicodélico. Esse termo passou a ter muitos significados naqueles anos turbulentos que culminaram em 1968. Possuídos por um espírito contestador nunca visto, os jovens colocaram os valores tradicionais em questão, demolindo normas e padrões que pareciam inquestionáveis. A contestação atingia o sistema educacional, os valores familiares, o comportamento sexual, passando pelos padrões estéticos e éticos. Na esteira das grandes manifestações coletivas, a velha cultura burguesa parecia sucumbir. Era o tempo da vitória das utopias e do apego às ações diretas radicais. O símbolo da época era Ernesto Che Guevara, guerrilheiro de origem argentina, braço direito de Fidel Castro, morto em 1967. Cultuado por



seus ideais de solidariedade entre os povos contra a opressão. Nos Estados Unidos houve a ascensão do movimento negro Black Power, surgiram as ações dos índios e dos presidiários, das feministas e dos homossexuais. Apareceram os hippies, os quais, numa versão norte-americana do anarquismo, misturavam Marx com Freud para explicar a importância da liberdade

individual.

No Brasil as repercussões dessa rebelião foram intensas, mas a sua politização orientou-se para a luta contra a ditadura militar, anunciando a escalada da violência.

O primeiro episódio da confrontação que marcaria 1968 no Brasil deu-se em março daquele ano. O restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, era parcialmente financiado pelo governo para fornecer alimentação barata aos estudantes, e passou a ser visto como foco de agitações, nas quais se misturavam reclamações contra a comida aí servida com críticas militares. Na noite de 28 de março, uma quinta-feira, os estudantes iriam partir do Calabouço em passeata, mas foram impedidos por um pelotão de choque da Polícia Militar. Houve vaias, pedradas e tiros. Um destes acertou o estudante paraense

Edson Luís de Lima Souto, que tombou morto. Seu corpo foi levado para a Assembleia Legislativa, diante da qual 50 mil pessoas se aglomeraram no dia seguinte para acompanhar o enterro. As sucessivas manifestações culminaram numa missa na igreja da Candelária, em 2 de abril, em que soldados a cavalo investiram contra a população presente. Em junho o Rio de Janeiro chamaria novamente



a atenção. Uma assembleia de professores, realizada no Colégio André Maurois, encaminhou ao ministro da Educação, Paulo de Tarso de Moraes Dutra, um manifesto exigindo que a questão dos estudantes fosse submetida apenas a sua pasta, e não mais à polícia. Houve evasivas, e organizou-se uma passeata que mobilizou 100 mil pessoas. Dela saiu uma comissão que foi recebida por Costa e Silva em Brasília. Mas os tempos não eram de paz. Dois dias depois, em 4 de abril, padres entraram em protesto de braços dados com os estudantes, tentando escapar dos sabres empunhados por policiais a cavalo diante da entrada da Candelária, no Rio de Janeiro.

O CCC

A paz não reinava nem entre os estudantes. Muitos eram contrários às idéias de esquerda e integravam o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A primeira ação foi realizada por alunos da Faculdade de Direito da USP e do Mackenzie, que chegaram a agredir o ministro da Educação,

Paulo de Tarso, e impedir o então governador de Pernambuco, Miguel Arrais, de falar em um canal de TV, em São Paulo. Em 1964 moças e rapazes da Faculdade de Filosofia da USP foram espancados por integrantes do CCC. A partir de 1966 as atividades se concentraram em atritos com os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP. Em 1967 membros do CCC atacaram o prédio e destruíram parte do patrimônio. Em outra ocasião queimaram umas de uma eleição da UNE, dentro do próprio Mackenzie

As cúpulas do governo e da Igreja fariam o possível para evitar uma ruptura, mas eram obrigadas a construir pontes cada vez mais longas sobre o abismo que se abria entre elas.



Em julho o Conselho Nacional de Segurança determinou aos quatro Exércitos: nada de passeatas, em nenhum ponto do país. Para evitar que a proscria UNE realizasse um congresso, foram presos os líderes mais radicais.

As manifestações exigindo a libertação dos estudantes não tiveram sucesso. Em outubro, nesse clima, houve o confronto entre estudantes na rua Maria

Amônia, em São Paulo. No dia 2 estudantes da Faculdade de Filosofia da USP faziam "pedágio" na rua, com o objetivo de recolher fundos para a realização do congresso, quando foram atacados por estudantes da Universidade Mackenzie, portando armas de fogo, paus, pedras, coquetéis Molotov e até gás lacrimogéneo. O conflito que se armou foi de grande brutalidade. Como o prédio da Filosofia estava muito danificado na quinta-feira à tarde, os alunos chamaram o Corpo de Bombeiros. No meio da fumaça havia o cadáver do estudante José Guimarães, secundarista de vinte anos, que entrara na briga para ajudar o pessoal da Filosofia a resistir ao ataque. Os conflitos, o clima tenso, a angústia, todas essas emoções refletiam nas músicas e nas artes em geral. No Festival de Música de 1968, a canção Caminhando, de Geraldo Vandré, transformou-se em hino. A peça Roda Viva, de Chico Buarque,

explodiu nos palcos. 41 Em 1968 o vocabulário político brasileiro incorporou uma expressão kalkiana apropriada ao quadro posterior à edição do AI-5: o Sistema. Este indicava a existência de um poder invisível por trás do presidente. Costa e Silva integrava o Sistema que, na verdade, configurou-se a partir de dezembro de 1968. Nessa data os militares criaram um método de consultas e canalização de pressões, assumiram a dianteira em nome da organização militar e estabeleceram a segurança como questão central da política nacional e ponto de apoio da presença política dos militares. Assim compreende-se o Serviço Nacional de Informações (SNI). Foi o Sistema, baseado em suas próprias propostas, que escolheu, em outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici para suceder o presidente Costa e Silva, enfermo e sem condições de governar até o fim de seu mandato.



A irreverência da juventude deixou as ruas e subiu nos palcos, num protesto tolerado pelos donos do poder.

O caso Eibrick

O sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick quase entrou para a História do Brasil como um grande equívoco. Na tarde de 4 de setembro de 1969 passeava pelas ruas o embaixador português no Brasil, que por pouco não foi sequestrado por engano. Mas os vinte dias de meticuloso planejamento fizeram com que os militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro

(MR-8) fossem eficazes na ação. O embaixador dos Estados Unidos ficou preso três dias numa casa do bairro do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, que a polícia descobriu no segundo dia, mas o governo deu ordens para não invadi-la, a fim de não pôr em risco a vida do diplomata. Para libertá-lo em troca de quinze presos políticos, os sequestradores exigiram a divulgação de um manifesto contra a ditadura em todos os veículos de comunicação do país, com o que chamavam a atenção internacional para a sua luta contra o governo.

Vitimado por uma trombose cerebral na manhã de 28 de agosto de 1969, que paralisou todo seu lado direito, o presidente foi definitivamente afastado do cargo em 72 horas. Antes, ainda tentou assinar a reforma constitucional que



Todas as situações proporcionavam manifestações políticas, como a dos atletas norte-americanos nos XVI Jogos Olímpicos, na Cidade do México, contra o racismo.

extinguiria o AI-5 e recolocaria o Brasil nos trilhos da democracia. Testemunhas dizem que Costa e Silva chorou porque não conseguiu. Sabia que o país acabava de mergulhar numa das mais sérias crises político-institucionais de sua história. Em segredo, os militares decidiram que a posse do vice, Pedro Aleixo, não "seria conveniente", pois ele manifestara-se contra o AI-5 e, com isso, havia se incompatibilizado com as Forças Armadas. No dia 30 de agosto uma Junta Militar formada pelo general Aurélio de Lira Tavares, pelo almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Márcio de Sousa e Melo assumiu o poder, dizendo fazê-lo até a recuperação do presidente. Mas a doença de Costa e Silva já minava a disciplina nos quartéis com a articulação das candidaturas a sua sucessão.

Convém lembrar que vários setores da comunidade militar não estavam satisfeitos com o comportamento do governo no caso do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, achando que o governo agira com fraqueza.

Foram tantos os protestos que a Junta Militar viu-se acoossada e no dia 14 de outubro declarou vagos os cargos de Costa e Silva e Pedro Aleixo. Emergia, das consultas a oficiais graduados, o nome do general Mediei, terceiro presidente militar do regime imposto em 1964, que governou durante todo o seu mandato apoiado no AI-5.